

| 869 | O REASSENTAMENTO COMO FATOR DE TRANSFORMAÇÃO URBANA: O PAPEL DO CAPITAL SOCIAL E DAS REDES SOCIAIS

Luiz Gustavo Della Noce

RESUMO

Este trabalho investiga noções teóricas sobre determinados tipo de ações de políticas urbanas em megacidades. Mais especificamente, procura bases teóricas sobre o reassentamento involuntário de famílias em ações de intervenção urbana de grande porte, e sua relação com atributos das relações sociais intracomunitárias: as redes sociais e o capital social. Parte da premissa que o reassentamento pode ser considerado um ponto de partida de desenvolvimento humano desde que sejam trabalhados os aspectos das relações pré existentes, além de se criar condições para se potencializar outras relações que encaminhem um capital social positivo. Para instrumentalizar a sua aplicação, propõe uma base de indicadores a ser aplicada pelos agentes públicos nos processos de reassentamento.

Palavras chave: Políticas Habitacionais, Capital Social, Reassentamento

Introdução

Há uma crescente necessidade dentro de grandes áreas urbanas para o reassentamento de famílias em função de obras públicas, principalmente obras viárias e de transporte, saneamento ambiental, remoções de áreas de risco e regularização de áreas ocupadas por assentamento precários.

Essa demanda existe em função da necessidade contínua por obras estruturais na Região Metropolitana de São Paulo combinada com uma situação de passivo urbano e ambiental gerada, dentre diversos fatores, pelas formas de ocupação do solo urbano a que os extratos sociais de menor poder aquisitivo são compelidos para obter moradia.

Mesmo em ações de urbanização de favelas é necessário remoção de famílias. O alto adensamento das favelas torna necessário remover maior percentual de famílias para viabilizar a urbanização sem abrir mão da fração mínima de terra (lote mínimo) por família. Isso representa uma parte significativa da população residente no núcleo que deverá ser removida para outros empreendimentos habitacionais.

Cernea (2003) também deixa clara a sua visão de inevitabilidade de soluções que utilizem o reassentamento, dadas as constantes mudanças de padrão de ocupação do solo urbano, crescimento demográfico e urbanização, itens extraordinariamente dinâmicos nas

grandes cidades latino-americanas. Ao contrário, o autor até estima um gradativo aumento de frequência deste tipo de ação, mas alerta que é necessário uma mudança de mentalidade das autoridades políticas e financeiras envolvidas nos projetos, de forma a não gerar mais pobreza em troca do benefício de alguns.

Presume-se que as políticas urbanas em megacidades do mundo em desenvolvimento dependerão de um investimento pesado em reassentamento. Dos poucos autores latino americanos que têm investigado este tema na última década, destaca-se o trabalho de Abramo (2006) no Brasil e Forni (2005) na Argentina. O primeiro, com uma exaustiva pesquisa nas redes existentes em favelas cariocas, destaca o papel do território na constituição do capital social:

“A oportunidade de um eventual rendimento estaria vinculada a amplitude e as possibilidades abertas pela rede (...). Nesse sentido, a oportunidade de emprego não estaria necessariamente vinculada a proximidade física de uma demanda por mão de obra como no caso da proximidade de uma fábrica (...); canteiro de obras da indústria da construção civil (...), mercado de trabalho para domésticas (...). Uma rede de relações construída, por exemplo, a partir das igrejas evangélicas abre um leque de oportunidades de rendimentos eventuais que se manifesta de forma difusa na territorialidade da cidade.” (Abramo, 2003).

E o segundo vai na linha de valorização das redes como elemento primordial da organização social espontânea para superação da pobreza ao atestar com sua pesquisa em comunidades carentes da periferia de Buenos Aires que “é necessário a existência de capital social prévio entre alguns dos integrantes do grupo para que o Programa de Melhoramento Habitacional seja aplicável” (Forni, 2005)

É justamente no nexo existente entre o reassentamento e a existência ou inexistência de redes sociais formando capital social que este trabalho procura encontrar respostas para uma série de desconomias geradas em processos recentes de reestruturação urbana, sem contar algumas verdadeiras tragédias sociais oriundas de ações equivocadas de iniciativa estatal.

Caracterização das políticas de reassentamento

Há uma necessidade crescente em grandes centros urbanos no Brasil de se implementar políticas urbanas que incluam o reassentamento involuntário de famílias na forma de novas estradas, sistemas viários e de transporte público, obras de saneamento ambiental, remoções em área de risco e regularização de assentamentos precários. O reassentamento esteve historicamente relacionado com a necessidade contínua de melhoria

da infraestrutura nacional, como por exemplo, a construção de usinas e reservatórios, mas as políticas intraurbanas que incluem este tipo de ação tornaram-se comuns a partir dos anos oitenta, dado o impasse criado pelo crescimento desordenado de grandes centros urbanos. São exemplos gritantes no caso da Região Metropolitana de São Paulo, a ocupação de áreas ambientalmente sensíveis e formas disfuncionais sob vários aspectos de ocupação do solo urbano.

O processo histórico de formação da cidade industrial brasileira gerou um déficit de terras urbanas adequadas e economicamente viáveis aos estratos de baixa renda, combinado com a concentração da infraestrutura, e gerando formas marginais de ocupação do solo e moradia, como as favelas, loteamentos irregulares e cortiços. As ações governamentais dentro de políticas públicas urbanas tem procurado enfrentar os problemas de diversas formas, mas o reassentamento sempre esteve presente na agenda da ação pública. Mesmo em programas de urbanização de favelas a remoção de famílias é necessária. Em razão da sua alta densidade, é necessário se remover um grande número de famílias para que as condições mínimas da urbanização sejam viabilizadas (abertura de ruas, espaços públicos, lotes, equipamentos públicos, etc.). O reassentamento é inevitável, dadas as constantes mudanças nos padrões de posse da terra, crescimento demográfico e urbanização, todos itens de uma dinâmica extraordinária nas megacidades latino americanas. Entretanto é necessário que, além da constante melhoria da infraestrutura urbana, os agentes governamentais e as agências de financiamento de políticas públicas tenham uma “mudança de mentalidade” ao enfrentar a complexidade das megacidades sob pena de aumentar ainda mais as condições de empobrecimento (Cernea, 2003).

É urgente que se considere algumas reformulações nas ações de urbanização, já que a população afetada não será só aquela que se beneficia diretamente da infraestrutura ou da melhoria urbana local, mas também aquela que terá que ser relocada em novos empreendimentos habitacionais, muitos deles localizados longe das moradias originais.

As agências de financiamento multilateral, como Banco Mundial e BID, já têm chamado atenção para os impactos negativos das ações de reassentamento ao redor do mundo. Os planos de reassentamento são geralmente embasados na metodologia da “análise custo-benefício”, no qual o projeto será economicamente justificável quando a soma dos benefícios gerados exceder a soma dos custos de implementação. Tudo é traduzido na forma monetária, ou seja, todos os benefícios individuais e coletivos e impactos financeiros são explicados pelo viés econômico. É uma metodologia que trabalha apenas com ganhos e

quantidades gerais, sem ter em consideração o peso dos benefícios e sacrifícios encarados individualmente pelas famílias ou pela comunidade.

O reassentamento acaba se transformando num processo de lógica entre a ação e sua respectiva compensação, assumindo que a mera compensação por perdas e danos é suficiente para a restauração dos padrões de vida das famílias. Existem custos relacionados a processos não mensuráveis, como as redes sociais e oportunidades diárias de sobrevivência, que são completamente desmanteladas antes e após o reassentamento. Nesse sentido, o reassentamento involuntário pode se comparar a um terremoto que destrói sistema de produção e redes sociais, arruína as individualidades e atira a população afetada numa espiral negativa em direção à pobreza (Cernea, 2003). As perdas incluem não só o capital construído ou natural, mas também capital humano e social, principalmente na forma de organizações sociais. As perdas de renda não se resumem a dinheiro, mas também a bens na forma de capital cultural, status, identidade e redes sociais.

Portanto, o reassentamento pode ser o ponto de partida para o empobrecimento de populações inteiras, ao invés de ser aquilo que é o objetivo fundamental de qualquer política pública: a melhora da qualidade de vida.

O papel do capital social e das redes sociais

Redes sociais e território

Os problemas relacionados ao reassentamento estão ligados ao desmantelamento das redes sociais em comunidades pobres durante o tempo em que passam pelo processo de urbanização ou remoção.

Na sociologia das redes sociais, alguns autores tendem a abstrair a questão dos laços, considerando-as como um fenômeno desvinculado da territorialidade. Para eles, os fluxos são frequentemente mais importantes que a própria informação. Assim, os laços interpessoais ou intracomunitários se estabeleceriam independentemente de proximidade física entre os atores, mas somente pela afinidade nos relacionamentos, sem fronteiras topológicas. (Abramo, 2006)

Entretanto, há um papel inegável do território sobre certas redes sociais, especialmente no caso de comunidades pobres. Granovetter chama de “embeddedness” (incrustação), as características sociais e econômicas mais marcantes de uma comunidade, que podem influenciar diretamente o comportamento da rede social. Estas características são territoriais, uma vez que estão relacionadas à especificidade de cada comunidade. (Granovetter, 1985)

Nas favelas, o fator de territorialidade, entendido como um valor compartilhado entre os residentes, é crucial. Neste caso, há um laço comum entre os residentes: o fato de terem ocupado a área, o que significa uma situação de precariedade compartilhada do ponto de vista legal, o que já seria suficiente para estabelecer lações de relacionamento entre os membros da comunidade. (Granovetter, 1985)

O geógrafo Milton Santos reconhece três níveis de rede: mundo, território e lugar. O último nível, o lugar, seria onde a rede ganha dimensões concretas, precisamente pela contiguidade física entre os eventos e o senso de solidariedade entre as pessoas. A própria noção de espaço inclui a inseparabilidade entre objetos e sistemas de ação, que inevitavelmente leva à definição de redes como uma dimensão de espaço e território. (Granovetter, 1973)

Nas comunidades pobres as redes sociais estão intimamente relacionadas com os meios de sobrevivência no meio urbano. Fatores como sinergia e laços familiares e de amizade erigidos ao longo de anos de coexistência são importantes para se entender aspectos sociais e econômicos internos. As famílias que têm que deixar a comunidade sabem que nunca vão transferir a sua rede de solidariedade nem para outro grupo específico, nem para outro lugar. Portanto, aqueles a serem reassentados deverão encarar a incerteza de entrar em outra rede com seus significativos custos de aprendizado de novas relações tácitas (o que em muitos casos pode ser fatal). (Abramo, 2006)

Capital social

As redes sociais são em grande medida uma condição para a existência de capital social.

O capital social não está associado a indivíduos isolados, nem a infraestrutura técnica presente na produção do espaço. Mais que isso, ele é formado pelas normas, valores, instituições e relacionamentos compartilhados por um grupo de indivíduos ou uma comunidade, permitindo a participação e cooperação entre diferentes grupos sociais. É evidente o papel das redes sociais no conceito de capital social: capital social é um atributo da comunidade que, pela construção de redes sociais, define um padrão de normas, valores e fluxos de informação e recursos.

Para Pierre Bourdieu, o termo “capital” em geral pode ser definido como “trabalho acumulado” que permite aos agentes apropriarem “poder social” como “trabalho reificado”. O capital, no seu modo reificado, vivo, ou mesmo “objetificado”, leva tempo para acumular e, com capacidade potencial para produzir lucro e se expandir, “contém uma

persistência para existir no ser”, e é uma “força incrustada na objetividade das coisas”. Na suposição de Bourdieu, alguns itens poderiam ser resumidos como fundamentais para o entendimento das formas do capital:

- O capital é produto de trabalho acumulado;
- O capital se expande e é apropriado na esfera privada;
- O capital é um produto objetificado;
- O capital leva tempo para acumular. (Bourdieu, 1985)

A “quantidade” de capital social positivo em comunidades pobres pode significar um elemento potencial para os eu desenvolvimento social e econômico. Há uma relação entre as redes social e o nível de organização da comunidade, operacionalizada desde as suas organizações voluntárias. O estoque de capital social disponível nas comunidades está diretamente relacionado com as redes sociais, o que por sua vez são parte da estrutura social de um grupo humano em particular. A qualidade deste capital está diretamente associada aos tipos de laços interpessoais, e permite o desenvolvimento de determinados grupos por meio de mecanismos de solidariedade.

Uma base de indicadores de capital social no âmbito de ações de políticas habitacionais

Dentro do esforço para sistematizar e explorar as informações obtidas da vasta literatura existente sobre capital social e redes sociais, este trabalho propõe um sistema de indicadores para comparar eficiência e sustentabilidade de ações públicas, particularmente em políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano.

Eficiência é entendida neste trabalho como a capacidade da política pública em atingir seus objetivos iniciais dentro do tempo previsto, com mínimo de desperdício e desvios. Sustentabilidade é entendida como a capacidade de se produzir efeitos positivos em longo prazo, ou ainda, de manter os objetivos durante o tempo, eventualmente superando-os pela construção de capacidade nas populações em tomar suas próprias decisões em demandas sobre alocação de recursos ou sobre meios eficientes de se acumular e reproduzir capital no estágio pós implementação.

Este trabalho propõe quatro classes de indicadores do capital social:

1. Capacidade de organização associativa;
2. Confiança interpessoal e interinstitucional;
3. Padrões de conduta internalizadas;

4. Redes sociais;
5. Produção do espaço.

A tabela 1 mostra estas categorias divididas em indicadores e variáveis, entendidas como informações e dados disponíveis para medição tanto dentro das comunidades como no âmbito da política pública.

Tabela 1. Relação de classes de indicadores e indicadores

CLASSE DE INDICADOR	INDICADOR
1 Capacidade de organização associativa	1.1 Número de associações locais espontâneas
	1.2 Participação ativa dos membros da comunidade
2 Confiança interpessoal e interinstitucional	2.1 Confiança pessoal entre membros da comunidade
	2.2 Confiança no meio urbano vizinho
	2.3 Confiança no Estado
	2.4 Confiança e participação em instituições locais
3 Padrões de conduta internalizadas	3.1 Meio ambiente
	3.2 Vida comunitária
	3.3 Solidariedade
	3.4 Tolerância, pluralidade e diversificação
4 Redes sociais	4.1 Laços fracos
	4.2 Laços fortes
5 Produção do espaço	5.1 Quantidade e qualidade dos espaços públicos
	5.2 Formas de apropriação dos espaços domésticos

Para cada um destes quatorze indicadores, há um número de variáveis colocadas em um questionário a ser aplicado em comunidades alvo de ações que envolvam ou envolveram reassentamento. A tabela 2 mostra as variáveis para cada indicador.

Tabela 2. Relação de indicadores e respectivas variáveis

INDICADOR	VARIÁVEIS
------------------	------------------

Número de associações locais espontâneas	Associações de vizinhança/associações de classe/associações específicas/associações esportivas/associações religiosas/associações culturais/associações financeiras
Participação ativa dos membros da comunidade	Participação em organizações locais/participação em reuniões públicas/lideranças
Confiança pessoal entre membros da comunidade	Pessoas que deixam filhos com vizinhos/pessoas que emprestam ou tomam dinheiro emprestado de vizinhos/pessoas que recorrem a ajuda de vizinhos em caso de doença/pessoas que emprestam ou pegam comida emprestada de vizinhos/pessoas que deixam casa destrancada/pessoas que se sentem seguras a noite/pessoas que visitam vizinhos com frequência/pessoas que possuem crédito no comércio local
Confiança no meio urbano vizinho	Pessoas que visitam outros em comunidades vizinhas frequentemente/pessoas que usam comércio de comunidades vizinhas/pessoas que recebem visitas de comunidades vizinhas/pessoas com crianças que frequentam comunidades vizinhas
Confiança no Estado	Pessoas que usam serviços online ou telefônico/pessoas que usam o sistema de proteção ao consumidor/pessoas que usam o sistema judiciário/pessoas que acompanham políticos em períodos não eleitorais
Confiança e participação em instituições locais	Pessoas que frequentam grupos religiosos, culturais, esportivos, políticos e sociais/pessoas que fazem parte de grupos cooperativos ou de crédito/pessoas que usam associações locais para resolução de problemas prioritariamente
Meio ambiente	Animais perigosos e insetos vivendo na comunidade/pessoas que levam lixo a locais paropriados/pessoas conscientes sobre meio ambiente/pessoas que constroem ou mantem suas casas em locais sensíveis
Vida comunitária	Existência de regra comunitária sobre geração de ruídos/Quantidade e frequência de conflitos entre vizinhos/quantidade de violência doméstica/existência de casos de violência extrema entre vizinhos/existência de festas, eventos sociais e celebrações organizadas na comunidade
Solidariedade	Pessoas com necessidades especiais na comunidade/Pessoas que auxiliam pessoas com necessidade especiais/pessoas que ajudam ou

	foram ajudadas por vizinhos a encontrar emprego/pessoas que ajudam ou foram ajudadas por vizinhos em dificuldades financeiras/pessoas que ajudam ou foram ajudadas por vizinhos em reparos residenciais
Tolerância, pluralidade e diversificação	Presença de diferentes grupos étnicos/presença de grupos religiosos diferentes/presença de idosos/presença de deficientes físicos
Laços fracos	Pessoas com telefone/pessoas com acesso a internet/pessoas com colegas de trabalho na comunidade/grau de centralidade: pessoas com número de conhecidos na comunidade acima da média/densidade da rede: número de laços dividido pelo número de laços possíveis/reciprocidade: número de pares mutuamente acessíveis/conectividade: pessoas com acesso direto a outros na comunidade
Laços fortes	Pessoas com laços próximos na comunidade/pessoas que se visitam ao menos uma vez por semana/pessoas que tem relações do círculo íntimo predominantemente na comunidade/grau de centralidade/densidade de rede/reciprocidade
Quantidade e qualidade dos espaços públicos	Quantidade de áreas públicas dedicadas a lazer/locais para disposição de lixo/condições de manutenção e limpeza/quantidade de ligações clandestinas/quantidade de entulho
Formas de apropriação dos espaços domésticos	Presença de sistema de segurança e proteção/ampliação residencial no espaço público/pessoas que acumulam lixo nas residências/pessoas que possuem muitos animais em casa/pessoas com atividades industriais em casa/tipos de posse dos imóveis/quantidade de reformas na vizinhança/tamanho das famílias

Esta base de indicadores está fundada na literatura, porém adaptada às condições de grandes centros urbanos de economias emergentes, como é o caso do Brasil, que em seus assentamentos destinados à moradia de baixa renda, sejam eles regulares ou irregulares, apresentam grande instabilidade e incerteza fundiárias, grande dependência do fator território para acesso ao mercado de trabalho (formal ou informal) e geração de renda, e grande dependência dos laços fortes para manutenção da coesão social.

Assim, em termos de uma política pública urbana considerada eficaz, deve-se verificar indicadores como presença de laços fortes e fracos na concepção de Granovetter,

mas relacionados ao território, a relação da comunidade com seu entorno, a capacidade de se organizar na esfera civil, e a capacidade de se relacionar positivamente com o Estado. Na maioria dos assentamentos de baixa renda observa-se uma baixa presença das instituições de Estado, bem como dos benefícios advindos de sua ação, mas ao mesmo tempo, uma também baixa participação dos moradores na busca organizada de estruturas próprias para garantir um ambiente urbano equalizado com outras áreas da cidade sob diversos pontos de vista. Da mesma forma, os laços fortes têm um papel importante em um primeiro momento, no sentido de coesão social na questão principalmente da posse da terra, muitas vezes invadida, e na formação de um sentido de pertencimento e de um sentimento de direito social coletivo sobre o território. Mejia (1999) já chama a atenção sobre o fato dos laços fracos serem importantes na obtenção de emprego informal, basicamente fundado na disponibilidade de oportunidades diárias e contínuas nas vizinhanças.

Assim, presume-se que tanto a presença de laços fortes como de laços fracos sejam importantes na constituição de capital social nestes casos, porém sem se perder de vista que os laços fortes devem paulatinamente dar espaço a mais laços fracos no decorrer do tempo, objetivando a ampliação das redes sociais no território.

O sentido da participação cidadã e da conscientização cívica, também está presente nos diversos tipos de associativismo a serem observados em qualquer comunidade. Essa estrutura associativa, porém, deve ser construída também para garantir mais pluralidade, diversidade e tolerância à comunidade, evitando o domínio de associações fechadas, que visem suprir a ausência de qualquer outra (principalmente o Estado).

Dessa forma, o presente trabalho define a eficácia de políticas públicas urbanas como a garantia do atendimento a estes vários fatores, a maioria deles construídos ao longo de processos posteriores à intervenções físicas pontuais, como urbanização de favelas, por exemplo.

Conclusão

O Banco Mundial reconhece a crescente necessidade de programas que envolvam reassentamento de famílias dentro de programas integrados de desenvolvimento habitacional e urbano. Segundo Mejia (1999), o Banco possuía em 1999 mais de 100 projetos em implementação nas áreas de construção e melhoria de serviços urbanos, infraestrutura, saneamento ambiental, zoneamento territorial e gerenciamento de bacias hidrográficas nas cidades mais populosas da região. A maioria destes projetos envolve reassentamento. Assim, há que se considerar alguns impactos perversos das ações que envolvem reassentamento. A

experiência das agências internacionais, conforme relatam o BIRD (Banco Mundial, 2001 e Word Bank, 2004) e o BID (IDB, 1999) indica que os reassentamentos podem criar riscos econômicos, sociais e ambientais graves: sistemas produtivos são desmantelados, pessoas enfrentam o empobrecimento quando perdem os seus ativos ou as suas fontes de renda, pessoas são remanejadas para ambientes onde as suas habilidades produtivas podem ser menos aplicáveis e onde haja maior concorrência pelos recursos, as instituições comunitárias e as redes sociais são enfraquecidas, grupos familiares são dispersos e a identidade cultural, a autoridade tradicional e o potencial de solidariedade são enfraquecidos ou perdidos. As políticas devem incluir salvaguardas para cuidar e mitigar os riscos de empobrecimento (Banco Mundial, 2001).

Muitas políticas públicas, particularmente as políticas urbanas e de habitação, simplesmente ignoram o fator rede social ao implementar ações de remoção, reassentamento, provisão de habitação, saneamento ambiental, etc. Algumas agências de financiamento internacionais como Banco Mundial, BID e OCDE já chamam a atenção em seus manuais e recomendações a falta de cuidado com as redes sociais no momento do desenho de políticas governamentais como possíveis causas de falhas e fracassos. Por mais que se tenha reservas ao caráter ideológico e disciplinador destas agências, não há como negar o fato de que conhecem a fundo a cadeia econômica dos financiamentos que executam ao redor do mundo, e um fracasso econômico ou político destas políticas significa prejuízo para ambas as partes.

Em outras palavras, boa parte das políticas públicas têm causado prejuízo tanto ao agente financiador como aos governos, mas principalmente às populações alvo por uma falha essencial de desenho, no que as redes sociais desempenham um papel fundamental.

É necessário um melhor entendimento do funcionamento destas redes, e de um melhor entendimento do conceito de capital social, principalmente quando o objetivo for o enfrentamento da pobreza urbana e rural e a garantia de desenvolvimento local em comunidades em situação de exclusão.

Referências Bibliográficas

Abramo, P. 2003. *A teoria econômica da favela: quatro notas sobre a localização residencial dos pobres e o mercado imobiliário informal*. In: Abramo, Pedro (org). O desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Seteletas.

Abramo, P. 2006. *O Mercado de Solo Informal em Favelas e a Mobilidade Residencial dos Pobres nas Grandes Metrôpoles: Notas para Delimitar um Objeto de Estudo para a América Latina*. IPPUR, Rio de Janeiro.

Bourdieu, P. 2004. *Condição de Classe e Posição de Classe*. In: Miceli, S. (intro., org. e sel.) A Economia das Trocas Simbólicas/Pierre Bourdieu. Pg. 3-26. Ed. Perspectiva. São Paulo.

Bourdieu, P. *Social Space and Symbolic Power*. In: Sociological Theory, vol. 7, nº 1. Mar. 1989. Pg. 14-25.

Bourdieu, P. *The Forms of Capital*. Disponível em: http://www.viet-studies.org/bourdieu_capital.htm. (Acessado em 4/5/2007).

Bourdieu, P. 1985. *The Social Space and the Genesis of Groups*. In: Theory and Society, 14 (6). Pg. 723-744.

Cernea, M. M. 2003. *For a new economics of resettlement: a sociological critique of the compensation principle*. UNESCO.

Della Noce, L. G. 2008. *O Reassentamento como promotor de capital social em Políticas públicas urbanas: Uma análise da ação estatal em três estudos de caso*. Tese de doutorado. Maria Ruth A. Sampaio (or.). FAU-USP.

Forni, P.; Longo, M. E. 2004. *Las respuestas de los pobres a la crisis: Las redes de organizaciones comunitarias y la búsqueda de soluciones a los problemas de las áreas periféricas de Buenos Aires*. In: REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales, nº 6 (6). Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es> (acesso em 7/9/2006).

Forni, P; Nardone, M. 2005. *Grupos solidarios de microcrédito y redes sociales: sus implicancias en la generación de capital social en barrios del Gran Buenos Aires*. In: REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales, nº 5 (9) . Disponível em: <http://revista-redes.rediris.es> (acesso em 7/9/2006).

Granovetter, M. S. 1985. *Economic action and social structure: the problem of embeddedness*. In: American Journal of Sociology nº 3 (91), pp. 481-510. University of Chicago.

Granovetter, M. S. 1973. *The strength of weak ties*. In: American Journal of Sociology nº 6 (78), pg. 1360-1380. University of Chicago.

Granovetter, M. S. 1983. *The strength of weak ties: a network theory revisited*. In: Sociological Theory. Volume 1, pg. 201-233.

Interamerican Development Bank. 1999. *Involuntary Resettlement in IADB Projects. Principles and Guidelines*. Washington D.C.

Lomnitz, L. 1977. *Networks and Marginality: Life in a Mexican Shantytown*. Academic Press Inc. New York.

Mejía, M. C. 1999. *Economic Dimensions of Urban Resettlement: Experiences From Latin America*. In: Cernea, M. (ed.) The Economics of Involuntary Resettlement: Questions and Challenges The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank.

Santos, M. 1999. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec.

Svendsen G. L H; Svendsen g. T. 2007. *On the Wealth of Nations: Bourdieconomics and Social Capital*. In: Theory and Society, Vol. 32, nº 5/6, Special Issue on The Sociology of Symbolic Power: A Special Issue in Memory of Pierre Bourdieu. Pg. 607-631.

World Bank. 2004. *Involuntary Resettlement Sourcebook – Planning and implementation of development projects*. The World Bank Press, Washington,.